



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7846 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 04 - Didática

FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES E O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL NA PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTAL

Eliane Silva - PUC-GOIAS Pontificia Universidade Católica de Goiás

Agência e/ou Instituição Financiadora: Não se aplica

FINALIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES E O ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL NA PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTAL

Mediante pesquisa bibliográfica objetivou-se analisar as finalidades educativas escolares no contexto atual estabelecendo um contraponto com a perspectiva da teoria do ensino desenvolvimental com o propósito de focar o ensino de ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Partiu-se da hipótese de que uma visão restrita e restritiva de qualidade do ensino se firma na noção instrumental e utilitária de educação em detrimento da formação humana, cultural e científica, enquanto o ensino desenvolvimental procura suscitar o pensamento reflexivo, crítico e criativo na promoção do desenvolvimento humano. Norteou-se pelo seguinte problema: que potencialidades podem-se realçar do ensino desenvolvimental como propulsor do desenvolvimento do aluno no ensino de ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Na configuração mundial dos sistemas educacionais sob a responsabilidade do Estado, coexistem distintas concepções de finalidades educativas escolares. Mas há uma hegemonia do modelo neoliberal que reduz as finalidades da escola à preparação de trabalhadores para a empregabilidade e à oferta de rudimentos de cidadania (FREITAS, 2011; EVANGELISTA, 2013; LIBÂNEO, 2016; LENOIR et al., 2016; LIBÂNEO e FREITAS, 2018). Estudos mostram que a direção dada às finalidades educativas escolares incide na formulação de políticas educacionais, dos currículos e no próprio direcionamento do processo de ensino-aprendizagem. O impacto, no sistema escolar de fenômenos como a globalização, mundialização do capital, internacionalização de políticas educacionais tem sido considerável no Brasil. Conjugado a esses fatores, há os interesses, pressões, demandas de grupos sociais que compõem a sociedade, mas os grupos social e economicamente

hegemônicos impõem suas próprias escolhas. O sistema educacional brasileiro se caracteriza por uma visão economicista em que a educação deixa de ser um investimento público voltado para o bem comum e se transforma num bem de consumo e sua visão de currículo se restringe a indicar como função da escola o fornecimento de conhecimentos e habilidades para desempenho no mercado de trabalho. Deste modo, a qualidade de ensino se caracteriza pelo desempenho dos alunos em testes padronizados. Essa visão se reflete em várias orientações curriculares de cunho pragmático como: capacitação em habilidades, preparação do aluno para as novas tecnologias, desenvolvimento de competências emocionais que enfatizam o individualismo e o utilitarismo, a competição, deixando em segundo plano a valorização do conhecimento escolar, os aspectos cognitivos e afetivos do processo de ensino-aprendizagem e a promoção do desenvolvimento global da personalidade. De acordo com Freitas (2011), a consecução de finalidades educativas na visão neoliberal, em geral expressas em competências e habilidades de cunho prático usualmente na leitura, matemática e ciências, e não no desenvolvimento conceitual de alto nível, é monitorada por sistemas de avaliação em escala cujos resultados levam a formas de controle do trabalho das escolas e dos professores. Lenoir et al. (2016) afirma que na escola do neoliberalismo predomina o domínio de competências dentro da lógica economicista do mercado, e não uma cultura comum, o desenvolvimento do pensamento crítico e a formação de uma consciência cidadã coletiva. Neste cenário, o sistema escolar passa a prover, desde a mais tenra idade do indivíduo, o capital humano de que carecem as empresas. Em síntese, concorda-se com Libâneo e Freitas (2018) ao expressarem que as atuais políticas educacionais brasileiras resultam numa visão restrita e restritiva de qualidade de ensino à medida que se sustentam em uma noção instrumental e utilitária de educação, distanciada de preocupações com a formação humana, cultural e científica. Desse modo, as reformas educativas inspiradas nos motes “educação para todos” e “aprendizagem para todos”, não fizeram mais do que justificar a oferta de uma educação de qualidade inferior, numa escola meramente instrumental e de baixo nível cognitivo, destinada à população pobre.

Contrapondo-se à visão hegemônica de escola do modelo neoliberal, insurge-se outra visão pela qual a escola com qualidade educativa é aquela que assegura as condições para que todos os alunos se apropriem dos saberes produzidos historicamente e, por meio deles, alcancem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral. O ensino desenvolvimental (DAVYDOV, 1988) defende uma educação que promove e amplia o desenvolvimento da consciência e da personalidade, em que a apropriação do conhecimento escolar, na forma de conceitos científicos, é imprescindível. A didática desenvolvimental medeia a ação docente para que os alunos aprendam e formem conceitos, desenvolvam capacidades e habilidades de pensamento; formem atitudes e valores e se realizem como pessoas e profissionais-cidadãos, por meio da atividade de estudo, em ligação direta com as práticas institucionais e socioculturais por eles vivenciadas (HEDEGAARD; CHAIKLIN, 2005). Davíдов e Márkova (1987) escrevem que o desenvolvimento humano se realiza na apropriação pelo indivíduo da experiência histórico-social. Não basta só dominar conhecimentos, habilidades e hábitos, mas dominar capacidades, formas gerais da atividade psíquica. O ensino tem como função apresentar os meios que assegurem a apropriação, pelo aluno, da experiência humana socialmente elaborada de modo a promover avanços qualitativos no desenvolvimento das capacidades humanas. Para assimilar a experiência socialmente elaborada, a atividade da criança se realiza no ensino escolar. As qualidades humanas desenvolvidas no processo histórico e social não são assimiladas espontaneamente e nem fazem parte das características individuais, elas são constituídas historicamente nas relações sociais. É assim que a aprendizagem que promove o desenvolvimento das capacidades

humanas não ocorre na relação direta do sujeito com o objeto, pois implica um processo de educação socialmente mediado. A formação de conceitos científicos pelos alunos se dá na escola, no processo de ensino-aprendizagem, por meio da linguagem e situações interativas.

A teoria do ensino desenvolvimental explicita preocupações com o modo de operacionalizar procedimentos de pesquisa voltados à aprendizagem que concorram para o desenvolvimento psíquico dos alunos pelo ensino escolar (LIBÂNEO, 2004; FREITAS, 2012). O ensino de ciências compõe estas preocupações (FREITAS e LIMONTA, 2012). A questão que se coloca é: como promover o ensino e a aprendizagem em ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental voltado ao desenvolvimento humano? Davydov (1988) distinguiu a aprendizagem destituída da exigência da transformação do objeto, em que os conhecimentos podem ser adquiridos em práticas educativas, como o trabalho e o esporte, da aprendizagem na atividade de estudo em que o aluno precisa assimilar o conhecimento teórico e estabelecer um processo de transformação na relação com o objeto. Como o ensino de ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental pode propiciar um processo de ensino-aprendizagem na perspectiva desenvolvimental? Concorda-se com Freitas e Limonta (2012) ao afirmarem que a concepção de educação científica, de escola e de ensino em ciências (KARSILCHIK; MARANDINO, 2007) se alicerça em três pressupostos: 1) a promoção de uma formação científica de qualidade que articule a aprendizagem dos conteúdos básicos das ciências à capacidade de participação dos alunos na sociedade, exercendo plenamente a cidadania; 2) o alinhamento dos conteúdos curriculares e a compreensão do papel da ciência e da tecnologia na construção da sociedade mediante conteúdos, metodologias de ensino e procedimentos didáticos que propiciem uma formação científica consistente e crítica, desde a infância; 3) a atenção especial para com a área de ciências no ensino uma vez que o ensino de ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental insere-se no campo de pesquisa da educação em ciências. A perspectiva do ensino desenvolvimental para o ensino de ciências na sala de aula ensejou três orientações didáticas. A primeira assinala que a educação em ciências nos anos iniciais deve privilegiar o conhecimento das complexas relações entre seres humanos, natureza, tecnologia e sociedade, possibilitando a ação do sujeito em seu ambiente. A segunda realça que a pesquisa em educação científica pode ajudar o professor investigando formas de articulação entre conteúdos e práticas pedagógicas que permitam uma formação científica consistente, crítica, ética e criativa, cujas bases sejam lançadas desde infância. A terceira aponta que, no lugar dos conhecimentos dados como verdades estabelecidas, os professores precisam valorizar a produção do conhecimento, contemplando diferentes possibilidades para iniciar os estudantes, de forma crítica e rigorosa, em um mundo de diferentes ciências.

Concluiu-se, ainda que seja necessário aprofundar a discussão, que, considerados os pressupostos e as orientações didáticas apontados, a teoria do ensino desenvolvimental apresenta abordagem didática, crítica e dialética que se contrapõe às finalidades educativas escolares com visão restrita e restritiva de qualidade do ensino, propondo que o processo de ensino-aprendizagem em ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mediante a atividade de estudo, seja direcionado à promoção e ampliação do desenvolvimento global dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Finalidades educativas escolares. Ensino Fundamental. Ensino desenvolvimental. Ensino de ciências.

REFERÊNCIAS

DAVYDOV, V. V. **Problemas do ensino desenvolvimental:** a experiência da pesquisa teórica

e experimental na psicologia. Textos publicados na Revista **Soviet Education**, august./v. 30, n. 8, 9, 10. 1988.

DAVÍDOV V. V.; MÁRKOVA, A. K. La concepción de la actividad de estudio en los escolares. In: **La psicología evolutiva en la URSS**: antología. Recopilación, comentarios y traducción de Martha Shuare. Prefacio de Vasili Davíдов y Marta Shuare. Moscú: Progreso, 1987. p. 316-349.

EVANGELISTA, O. Qualidade da educação pública: Estado e organismos multilaterais. In: **Qualidade da escola pública**: políticas educacionais, didática e formação de professores. Goiânia: Ceped Publicações, 2013.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: a consolidação do neotecnicismo no Brasil. In: **Políticas públicas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Anped Sudeste, 2011, v. 3, p. 72-90.

FREITAS, R. A. M. M. Ensino por problemas: uma abordagem para o desenvolvimento do aluno. In: **Educação e Pesquisa**. Scielo. Vol. 38. Nº 2. São Paulo. Abr. /Jun. 2012.

FREITAS, R. A. M. M.; LIMONTA, S. V. A educação científica da criança: contribuições da teoria do ensino desenvolvimental. In: **Linhas Críticas**, Brasília, v. 18, n. 35, p. 69-86, jan./abr. 2012.

HEDEGAARD, M.; CHAIKLIN, S. **Radical-local teaching and learning**: a cultural-historical approach. Aarhus (Denmark): Aarhus University Press, 2005.

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Moderna. 2007.

LENOIR, Y. et al. Les finalités éducatives scolaires: clarifications conceptuelles. In: **Les finalités éducatives scolaires**: Pour une étude critique des approches théoriques, philosophiques et idéologiques. Saint-Lambert (Quebec, Canadá): Groupéditions Editeurs, 2016.

LIBÂNIO, J. C. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, 2004, p. 5-24.

LIBÂNIO, J. C. School educative aims and internationalization of educational policies: impacts on curriculum and pedagogy. In: **European Journal of Curriculum Studies**, Vol. 3, No. 2, 444-462, 2016.

LIBÂNIO, J. C.; FREITAS, R. A. M. M. (Orgs.). **Políticas educacionais neoliberais e escola pública**: uma qualidade restrita de educação escolar. Goiânia: Espaço acadêmico, 2018.